

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3755336920221125170409

Processo 0811366-25.2021.8.23.0010 ☆ - (568 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Simplificar: <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

Informações Gerais

Vínculos (0)

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao **Data do Movimento(Período):** à

Descrição:

122 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 122

500 por pág. ▼

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por	
<div><div></div></div>	122	25/11/2022 17:04:09	JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (13/11/2022) LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/11/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 118) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (13/11/2022) e ao evento de expedição seq. 120. EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 118) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (13/11/2022) EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ALBERTO GERMANO DE SOUZA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 118) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (13/11/2022)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	121	21/11/2022 09:32:58	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	120	16/11/2022 07:26:41	ADILVANE BORSATTO Servidora Judiciária	
	119	16/11/2022 07:26:41	ADILVANE BORSATTO Servidora Judiciária	
<div><div></div></div>	118	13/11/2022 17:07:57	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Responsável: GUILHERME VERSIANI GUSMAO FONSECA JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (24/08/2022) LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ALBERTO GERMANO DE SOUZA) em 05/09/2022 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 111) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (24/08/2022) e ao evento de expedição seq. 112.	GUILHERME VERSIANI GUSMAO FONSECA Magistrado Marques Leandro Pereira da Silva Servidor Judiciário
<div><div></div></div>	116	13/09/2022 10:00:20	MARLON TAVARES DANTAS Advogado	
	115	05/09/2022 00:01:33	SISTEMA CNJ	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO: 08113662520218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ALBERTO GERMANO DE SOUZA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO NA DECISÃO PROFERIDA:

Inicialmente cumpre informar que foram opostos embargos de declaração em agosto do corrente ano pelos seguintes motivos:

- Erro no valor da condenação.
- Omissão em relação a lesão preexistente.

No que diz respeito ao equívoco no valor da condenação, V. Exa. se manifestou e foi reformada a sentença ajustando o valor.

Já em relação a lesão preexistente nada foi mencionado na referida decisão.

Vejamos decisão:

Proc. n.º 0811366-25.2021.8.23.0010

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração.

Os embargos são tempestivos, deles conheço.

Razão assiste à embargante. O Cálculo da graduação da lesão foi realizado corretamente, porém, inserido o valor diverso aos autos.

Acolho os embargos para o fim de reformar o dispositivo da sentença: **“Ante o exposto, acolho parcialmente o pedido formulado na inicial para condenar a parte requerida ao pagamento do valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pela tabela do TJRR a partir da data do evento danoso e acrescidos de juros legais desde a citação.”**

Intimem-se.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE INFORMADA NO EP 41

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outro sinistro, fato de ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na **IV JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR**, sendo autuado sob o nº. 10200890894511020089089451, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 17/11/2006.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de lesão no **MEMBRO INFERIOR DIREITO**, 100%, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

ALBERTO GERMANO DE SOUZA, Brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 7057 SSP/RR e inscrita no CPF sob o nº 065.141.972-72, residente e domiciliado na Rua 16, 216 – Bairro Caranã, nesta cidade e com o seguinte Tel. 9121-3031, por seu advogado *in fine* assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

em face da seguradora **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**, CNPJ 67.865.360/0001-27, localizada no endereço Rua Minas Gerais, 209 – Térreo – Higienópolis – São Paulo, CEP 01244-011, Tel. (11) 30-17-0033, fax (11) 3017-0020, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

DOS FATOS

O Autor, em 17-11-2006, sofreu fratura da perna direita; que causou encurtamento da perna direita, desta forma verificado a deformidade permanente de membro inferior direito, conforme laudo do IML. A invalidez do autor foi resultando

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao

acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte Autoral quando tenta fazer crer que faz *jus* ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23 de novembro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR

